

VII SEMINÁRIO DE DEFESA NACIONAL

ANTÓNIO EUGÉNIO, ANTÓNIO JOSÉ BATISTA, ARNAUT MOREIRA, BRUNO PICA, CARLOS COUTINHO RODRIGUES, FRANCISCO FURTADO, ISABEL FERREIRA NUNES, JOÃO RAMOS NOGUEIRA, MANUEL HONORATO, NUNO MELO, PAULO GONÇALVES SIMÕES, PEDRO PETIZ, RICARDO PINHEIRO ALVES

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
3 DE DEZEMBRO DE 2025

VII Seminário de Defesa Nacional

Dezembro de 2025

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As opiniões livremente expressas nas publicações do Instituto da Defesa Nacional vinculam apenas os seus autores, não podendo ser vistas como refletindo uma posição oficial do Instituto da Defesa Nacional ou do Ministério da Defesa Nacional de Portugal.

Diretora

Isabel Ferreira Nunes

Editor

Luís Cunha

Núcleo de Edições

Assistente Editorial: Filipa Teles / *Transcrições das comunicações:* Mariana Silva

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt

www.idn.gov.pt

Pré-Impressão, Impressão e Acabamento

Europress - Indústria Gráfica

Rua João Saraiva, 10-A – 1700-249 Lisboa – Portugal

Tel.: 218 444 340

Fax.: 218 492 061

E-mail: geral@europress.pt

www.europress.pt

ISSN 1647-9068

Depósito Legal 344513/12

© Instituto da Defesa Nacional, 2026

Índice

Sessão de abertura	5
I Painel – A Defesa Europeia como Plataforma Modular	9
II Painel – Governação e Resiliência	15
III Painel – A Indústria Europeia e a <i>New Defence</i>	24
IV Painel – Grande Desafio Europeu	30
Sessão de encerramento	37

Sessão de abertura

Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes

Diretora do Instituto da Defesa Nacional

Senhores Deputados,
Distintos Embaixadores e Membros do Corpo Diplomático,
Senhor Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional,
Senhores Diretores e Dirigentes,
Senhores Oficiais Generais,
Senhores Oficiais em representação dos Chefes do Estado-Maior da Armada,
do Exército e da Força Aérea e do Comandante-Geral da Guarda Nacional
Republicana,
Senhor Comissário em representação do Diretor Nacional da Polícia de Segurança
Pública,
Senhores oradores e moderadores deste Seminário,
Caros auditores do Curso de Defesa Nacional presentes em Lisboa e no Porto,
Demais entidades civis e militares,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A sétima edição do Seminário de Defesa Nacional, inicialmente orientada para a comunidade da Defesa, tem sido progressivamente aberta a um público mais vasto, consolidando-se como um espaço de reflexão e debate para todos os que se interessam por estas matérias.

O seminário é este ano dedicado ao tema “Desafios da Defesa Europeia: Inovar para Defender”, procurando estimular a reflexão e o debate sobre a mudança de paradigma necessária, assente na soberania tecnológica dos Estados-membros da União Europeia (UE) e no reforço da resiliência do aparelho de Defesa do país e da própria sociedade. A Europa enfrenta hoje um estado de segurança ontológica fragilizada, resultante da excessiva dependência externa, da ação revisionista e agressiva da Federação Russa, da internacionalização dos efeitos da guerra na Ucrânia e de um ambiente profundamente condicionado pela aceleração tecnológica.

A guerra na Ucrânia, associada à desconstrução de uma ordem internacional baseada em normas e a novas dinâmicas comerciais marcadas pela competição geoeconómica, tem pressionado Estados e organizações a adotar políticas protecionistas face à instrumentalização da segurança tecnológica das cadeias de abastecimento, conforme alertado nos relatórios Draghi e Letta. A intensificação da competição geopolítica, entre potências estabelecidas e emergentes, reforça a centralidade da inovação tecnológica enquanto fator determinante de poder e influência no sistema internacional.

No domínio da Defesa europeia, os esforços têm convergido para o rearmamento das forças armadas, o investimento na indústria europeia de defesa e a agregação de recursos através de modalidades de aquisição conjuntas, promovendo o alinhamento

entre prioridades nacionais e a política industrial europeia. A inovação constitui não apenas um elemento essencial do setor da Defesa, mas também um pilar do desenvolvimento de qualquer estratégia nacional e da participação ativa na União Europeia e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO), organismos que geram simultaneamente compromissos e oportunidades de evolução tecnológica e industrial.

As instituições europeias têm promovido condições favoráveis à inovação tecnológica e industrial no setor da Defesa, através da construção de uma Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia, do desenvolvimento de projetos no âmbito da cooperação estruturada permanente, da criação de aceleradores tecnológicos no espaço Euro-Atlântico e da implementação de regimes de segurança de abastecimento assentes em aquisições conjuntas de matérias-primas e materiais críticos.

No plano financeiro, foram criados instrumentos como o Fundo Europeu de Defesa e o Security Action for Europe, prevendo este último um apoio de 150 mil milhões de euros destinado ao reforço das capacidades prioritárias dos Estados-membros. O Banco Europeu de Investimento, por sua vez, alterou as regras de elegibilidade para financiamento na área da Defesa, passando a disponibilizar empréstimos de longa duração compatíveis com os ciclos próprios de produção tecnológica.

No plano regulatório, os Estados-membros foram autorizados, ao abrigo do Tratado de Lisboa, a invocar uma cláusula de escape que flexibiliza a disciplina orçamental e permite expandir a capacidade industrial de defesa sem agravar o défice. O enquadramento jurídico passou igualmente a admitir, por razões de segurança nacional, a celebração de contratos no setor da defesa sem aplicação estrita das regras europeias de contratação pública. A aprovação, em janeiro de 2025, do Compacto para a Competitividade reforçou esta dinâmica, visando estimular o crescimento económico europeu através da inovação, apoiar PME e grandes empresas na adoção de tecnologias avançadas, simplificar o regime legal europeu e impulsionar o desenvolvimento de áreas emergentes como tecnologias quânticas, biotecnologia e tecnologias espaciais.

As exigências atuais de inovação implicam também reformas organizacionais, nomeadamente procedimentos mais flexíveis, ciclos de aquisição mais ágeis, apoio à produção de protótipos, registo de propriedade intelectual e mecanismos de retenção de talento técnico e científico.

O ambiente político-estratégico contemporâneo é marcado por transformação rápida, na qual a inovação e o desenvolvimento tecnológico – empresarial e industrial – são componentes estruturais do esforço conjunto de capacitação do setor público e do setor privado. Inovar não pode constituir apenas um elemento discursivo; deve orientar estratégias de longo prazo relevantes, adaptáveis e sustentáveis. Para investidores públicos e privados, sobretudo os de menor dimensão, a sustentabilidade implica ponderar como e quando aplicar inovação tecnológica perante cenários instáveis.

As tecnologias de duplo uso assumem, neste quadro, particular importância, permitindo simultaneamente reforçar capacidades de defesa e criar oportunidades adicionais de investimento e colaboração. Num contexto de guerra com impacto sistémico,

a inovação torna-se essencial para antecipar, responder e recuperar, inscrevendo-se num processo de adaptação estrutural.

Inovar no domínio da mitigação de riscos e ameaças implica conceber e desenvolver novas respostas para desafios emergentes de segurança e defesa. O desenvolvimento tecnológico associado à inovação contribui para preservar a soberania e reforçar a capacidade de dissuasão, reduzindo dependências externas críticas e promovendo maior autonomia estratégica.

A defesa europeia exige, assim, ganhos competitivos face a atores como a Rússia e a China, maior autonomia produtiva e reforço das capacidades de armazenamento de recursos críticos. A cooperação civil-militar constitui igualmente um catalisador de desenvolvimento tecnológico, reduzindo custos através da utilização partilhada de infraestruturas e acelerando a investigação aplicada.

As ameaças atuais – no ciberespaço, no espaço extra-atmosférico, ou resultantes da aplicação da inteligência artificial e de sistemas autónomos – têm carácter transversal, ultrapassando fronteiras entre Estado, setor privado e sociedade. Um sistema robusto, assente na articulação entre componentes civis e militares e entre esferas pública e privada, favorece ecossistemas de inovação capazes de mobilizar talento e gerar novas competências.

A capacidade de adaptação rápida a tecnologias emergentes é hoje um indicador fundamental de resiliência industrial e tecnológica, colocando desafios ao modelo tradicional de aquisição de equipamentos e ao funcionamento das administrações públicas do setor. Num ambiente de competição estratégica crescente, o setor da Defesa atua como motor de conhecimento tecnológico, criação de valor económico e afirmação internacional, sendo indispensável garantir o alinhamento entre prioridades tecnológicas, industriais e comerciais e os objetivos da defesa nacional.

Neste enquadramento, a defesa deve ser reconhecida como um bem público, simultaneamente económico e social. Inovar implica conhecer e compreender, o que requer três dimensões essenciais:

1. Reforço da literacia sobre defesa, envolvendo governação, academia e setor empresarial;
2. Melhoria da comunicação institucional europeia sobre a arquitetura da governação da defesa e sobre as oportunidades de financiamento disponíveis, em particular para PME;
3. Desenvolvimento de uma cultura de segurança centrada no potencial existente, na capacidade de ação e nos objetivos estratégicos, e não apenas nas limitações identificadas.

Os complexos militar-industriais demonstram possuir valor económico dual: constituem setores importantes da economia nacional e geram tecnologias com elevado valor acrescentado, frequentemente posicionadas na vanguarda tecnológica. O investimento público e privado na defesa – inovação, equipamento e reequipamento das Forças Armadas – deve, pois, ser entendido como investimento gerador de emprego,

qualificação, conhecimento e desenvolvimento, com benefícios diretos para o país e para a sociedade.

Agradeço ao Coronel António Eugénio, assessor de estudos do Instituto da Defesa Nacional, e a toda a equipa desta instituição a concretização deste seminário. Agradeço igualmente aos oradores e moderadores pela disponibilidade e contributo, bem como a todos os participantes pela presença e atenção.

Muito obrigada.

I Painel – A Defesa Europeia como Plataforma Modular

Oradores: Major-General Arnaut Moreira; Contra-Almirante Manuel Honorato
Moderador: Bruno Cardoso Reis, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Intervenção – O Contexto Político-Estratégico

Major-General Arnaut Moreira

Especialista em Geopolítica

Agradeço o convite dirigido pelo Instituto da Defesa Nacional e a oportunidade de contribuir para uma tarefa essencial ao país: a disseminação de uma cultura de Defesa que envolve não apenas os militares, mas toda a sociedade. A defesa nacional é um desígnio coletivo, dependente da vontade e da consciência de todos, e é nesse sentido que pretendo oferecer esta reflexão.

Início abordando o fim de três ciclos, numa perspetiva de natureza pessoal que não compromete o Instituto da Defesa Nacional, o Governo ou o Estado Português.

O primeiro ciclo em declínio é o da **globalização**. A globalização, construída ao longo de quatro séculos, teve como símbolo os contentores que padronizam o transporte de mercadorias em todo o mundo. Representam um processo dominado pela lógica económica, através do qual o Ocidente transferiu fábricas, engenheiros e conhecimento para outras geografias, movido pela busca de ganhos de eficiência. Contudo, ao transferir conhecimento e capacidade produtiva, transferiu também poder, algo que só se tornou evidente quando a dimensão política emergiu. A atual fase de “desglobalização” consiste precisamente no esforço de recuperar poder anteriormente disperso. A explosão do gasoduto Nord Stream 2 ilustra essa vulnerabilidade: estabelecia uma ligação estratégica que gerava profunda dependência face à Federação Russa e condicionava a liberdade de decisão europeia.

O segundo ciclo que se aproxima do fim é o do **multilateralismo**. Embora simbolicamente representado por mesas redondas onde todos parecem iguais, sempre existiram vozes com maior peso do que outras. Ainda assim, o multilateralismo proporcionava um enquadramento onde os Estados podiam afirmar posições e participar no desenho das regras internacionais. Hoje, esse modelo encontra-se em erosão, substituído por uma crescente utilização do poder coercivo. As soluções políticas, económicas e diplomáticas não desapareceram, mas os resultados imediatos dependem cada vez mais do recurso à força.

O terceiro ciclo em declínio é o da **pax americana**, construída após a Segunda Guerra Mundial através da influência exercida em instituições multilaterais e da regulação baseada em normas comuns. A sua erosão não implica o desaparecimento do poder dos Estados Unidos, mas sim a alteração da forma como esse poder é exercido. A capacidade militar norte-americana foi sendo gradualmente ajustada ao longo das últimas

administrações, reduzindo o seu alcance e disponibilidade para intervenções externas. Consequentemente, a abordagem norte-americana ao sistema internacional afasta-se do multilateralismo tradicional.

Estes três fins de ciclo abrem espaço a um novo período, cujos impactos sobre a vida dos cidadãos e sobre o sistema internacional serão profundos nos próximos anos. A emergência de grandes empresas tecnológicas – como demonstrado pelo facto de a NVIDIA ter atingido cinco biliões de dólares em capitalização bolsista em 2025 – revela que os mercados antecipam tendências políticas e que a inteligência artificial se tornará um dos principais fatores estruturantes da ordem internacional.

Passo agora a analisar três dinâmicas geopolíticas externas à Europa.

A primeira é o **sinocentrismo**. A China procura recentrar-se como potência global, recuperando o que considera ser o seu papel histórico após um período de “humilhação” no sistema internacional. Desde Deng Xiaoping, abandonou o modelo soviético de economia planificada e adotou mecanismos de mercado, mantendo, porém, um controlo político centralizado pelo Partido Comunista. A sua atuação internacional assenta em três eixos: recursos, mercados e rotas, numa lógica comparável à da *pax britannica* do século XIX. A estratégia segue três etapas: atrair, controlar e dominar, com particular incidência no investimento em infraestruturas em África e na América do Sul.

A segunda dinâmica é a **reconstrução imperial da Federação Russa**. A Europa promoveu uma integração económica assente na importação de energia russa, criando interdependências profundas. Contudo, a Federação Russa optou por uma lógica distinta, sustentada na permanência do mesmo líder desde 2000, na centralidade dos recursos energéticos e no objetivo de reconstituir a influência da antiga União Soviética, tendo a Ucrânia como primeiro passo. O instrumento militar surge como principal meio de ação, pelo impacto imediato que gera. Acresce a capacidade de interferência política num continente onde se realizam eleições de forma permanente. A normalização das relações com Estados anteriormente considerados “párias”, como o Irão e a Coreia do Norte, integra esta estratégia.

A terceira dinâmica é o **regresso da lógica dos interesses nacionais nos Estados Unidos**. A atual administração norte-americana interpreta o liberalismo europeu como parte dos problemas internos dos EUA e evidencia menor identificação com o modelo europeu. A estratégia para a Ucrânia permanece indefinida, subsistindo a percepção de que os EUA poderão procurar encerrar o conflito sacrificando o “elo mais fraco”. Acresce um fenómeno que designo como triunfo da amoralidade: a substituição de critérios éticos pela lógica exclusiva do interesse. Não se trata de imoralidade, mas de amoralidade, já que o juízo moral é irrelevante perante a avaliação dos resultados. Este comportamento traduz-se ainda num distanciamento progressivo da liderança transatlântica: os Estados Unidos continuam a comandar, mas já não lideram, visto que não acolhem nem escutam as posições europeias.

Chego assim ao **desafio europeu**. Entre os pilares do poder, o pilar militar é o único que produz efeitos imediatos, ao contrário dos pilares económico, político ou cultural, que operam a longo prazo. A Europa, porém, deixou esse pilar entregue aos

Estados, sem uma verdadeira integração. Foi construído um espaço económico e social assente em dois motores – energia russa barata e proteção americana – ambos hoje suspensos. A Europa revelou receio de construir um pilar militar comum, que implicaria um nível de federalismo incompatível com a atual tendência de afirmação nacional, quando o que seria necessário é precisamente o movimento inverso.

Coloca-se também a questão da liderança europeia. A antiga triangulação entre França, Alemanha e Reino Unido permitia equilíbrio e estabilidade. Com a saída do Reino Unido e a divergência crescente entre os restantes dois, o risco atual é o de ausência de liderança reconhecida.

Identifico três grandes desafios para a Europa:

1. **Repensar o modelo de funcionamento da União Europeia**, atualmente bloqueado por vetos e processos decisórios morosos, incapaz de responder a crises com rapidez e eficácia.
2. **Preparar-se para uma eventual redução do papel norte-americano na NATO**, possibilidade já indiciada pela ausência de representantes norte-americanos em reuniões formais e pela narrativa que apresenta a NATO como responsabilidade essencialmente europeia.
3. **Avaliar se é reversível o distanciamento americano**, mantendo mecanismos de diálogo que evitem hostilizar os EUA, mas reconhecendo a necessidade de autonomia acrescida.

Intervenção – Desafios Tecnológicos da Defesa Europeia

Contra-Almirante Manuel Honorato

Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança

Agradeço o convite do Instituto da Defesa Nacional, na pessoa da Professora Isabel Nunes e de toda a sua equipa. É igualmente um prazer estar presente nesta sessão, também em representação do Gabinete Nacional de Segurança (GNS). Cumprimento todos os presentes, cuja participação demonstra interesse pelas matérias que hoje nos reúnem. Procurarei abordar temas diretamente relacionados com as funções que atualmente desempenho enquanto Diretor-Geral, em regime de substituição, do Gabinete Nacional de Segurança e Autoridade Nacional de Segurança.

O GNS é um organismo com 75 anos, criado após o final da Segunda Guerra Mundial e a criação da NATO, com a missão inicial de tratar informação classificada. No início deste século, foram-lhe atribuídas novas competências em diversas áreas que se tornaram parte integrante do quotidiano dos cidadãos, como o cartão de cidadão, a certificação eletrónica, os serviços de confiança, as plataformas eletrónicas de contratação pública e a segurança dos serviços de origem espacial, englobando geoposicionamento, comunicações e imagética em todo o espectro de frequências. Desde 2014, o GNS integra igualmente o Centro Nacional de Cibersegurança, com o qual permanece associado há mais de uma década.

No contexto atual, para além dos desafios tecnológicos diretamente relacionados com a defesa europeia, importa analisar os desafios tecnológicos das áreas da segurança da informação e da cibersegurança, que, reunidas num único organismo público, contribuem de forma integrada para a segurança e a defesa nacionais. A guerra na Ucrânia, amplamente discutida neste seminário, constitui o pano de fundo incontornável desta análise. Este conflito caracteriza-se pelo emprego simultâneo e adaptativo de tecnologias com mais de um século, como as trincheiras, de tecnologias que amadureceram durante a Segunda Guerra Mundial e de tecnologias emergentes que transitam diretamente do laboratório para o teatro de operações. Esta convivência entre diferentes gerações tecnológicas e a aceleração da inovação colocam desafios profundos à Europa e ao mundo.

Entre as tecnologias em evolução destaca-se a inteligência artificial, que constitui um paradigma transformador com impacto significativo na ética, na moral e nos processos de decisão, cuja integração nos domínios civil e militar continua a suscitar incertezas. A robótica, embora já madura, é profundamente alterada pela incorporação de IA, o que suscita problemas de controlo e a possibilidade de decisões autónomas com impacto direto sobre vidas humanas, intensificando o debate ético. A guerra eletrónica e a ciber guerra representam igualmente um desafio central: a expressão “ciberdefesa” tende a suavizar uma realidade marcada por milhares ou milhões de incidentes diários em Portugal. O Centro Nacional de Cibersegurança regista estados de alerta máximo em cerca de 20% dos dias do ano e estados de alerta preventiva noutros 10%. Os processos eleitorais

tornaram-se alvos prioritários para interferência por agentes estatais e não estatais, algo já amplamente demonstrado.

A tecnologia quântica constitui simultaneamente uma ameaça e uma oportunidade. A computação quântica coloca em causa os sistemas criptográficos que sustentam os serviços essenciais utilizados diariamente pelos cidadãos, pelas instituições e pela defesa. A resposta passa pelo desenvolvimento de comunicação e criptografia quânticas, sendo o EuroPCI um exemplo da aposta europeia na proteção e reforço da sua soberania tecnológica. A evolução dos novos materiais, da nanotecnologia e dos compósitos, bem como os desenvolvimentos em biotecnologia e tecnologia biónica, tem influenciado diretamente os contextos operacionais, potenciando capacidades humanas e introduzindo riscos que exigem vigilância. No domínio espacial, vários países dispõem já de comunicações quânticas, por satélite, plenamente operacionais, enquanto a Europa, apesar de iniciativas como o GOVSATCOM previsto para 2030, permanece com atraso relativo. De igual modo, a supercomputação e a computação distribuída continuam a ser elementos estruturais das infraestruturas digitais globais.

As comunicações globais e os cabos submarinos assumem particular relevância para Portugal. O novo cabo que ligará o continente aos Açores e à Madeira aumentará em cerca de 750 vezes a capacidade atual, integrando funcionalidades de monitorização e alerta para proteção civil. A ausência de referência aos cabos submarinos na recente transposição da diretiva SERP constitui, porém, uma lacuna relevante.

A Europa distingue-se pela produção de conhecimento, investigação e inovação, mas revela fragilidades significativas na transição do laboratório para a indústria. Muitos projetos fracassam na fase de industrialização devido à falta de parceiros dispostos a assumir risco. O financiamento europeu em áreas estratégicas, como a computação quântica, permanece substancialmente inferior ao investimento de empresas tecnológicas internacionais, o que contribui para a deslocação de pequenas empresas europeias inovadoras para geografias mais favoráveis ao capital de risco. O longo período de desinvestimento europeu na defesa, sustentado pela crença numa paz duradoura, gerou dependências críticas, nomeadamente no setor da eletrónica, onde a Europa e os próprios Estados Unidos se tornaram fortemente dependentes do Extremo Oriente. A hiperregulação europeia constitui igualmente uma barreira ao desenvolvimento tecnológico.

Para enfrentar estes desafios, torna-se necessário reforçar a integração e coordenação europeias; reduzir barreiras regulatórias à inovação, assegurando simultaneamente a regulação adequada na fase de produção; reforçar o financiamento e os incentivos ao investimento privado, promovendo maior predisposição ao risco; e adotar políticas públicas mais assertivas. É igualmente essencial aumentar a exigência na investigação e desenvolvimento, promovendo resultados concretos. A recente implementação do primeiro segmento quântico em português demonstra a possibilidade de sinergias eficazes entre entidades públicas, academia e empresas. A partilha de informação deve ser vista como elemento estruturante, refletindo uma mudança de paradigma já visível em setores como as telecomunicações. Importa também reforçar as capacidades tecnológicas das

empresas através de qualificação, apoio e criação de massa crítica, recorrendo, por exemplo, aos *hubs* europeus. Por fim, a valorização do fator humano é essencial: a criação da Academy, envolvendo 24 universidades públicas, constitui um contributo relevante para reduzir o défice europeu de especialistas em cibersegurança, atualmente estimado em 50% das necessidades.

Concluo com uma reflexão de Ian Morris, em *Guerra: Para que serve?* (2016): “Se quisermos viver num mundo em que a guerra não sirva absolutamente para nada, temos de reconhecer que a guerra ainda tem um papel a desempenhar.” Embora indesejável, a guerra tem sido um motor da história humana, e a defesa, enquanto instrumento de preservação, deve ser contínua e permanente.

II Painel – Governação e Resiliência

Oradores: Professor Doutor Francisco Furtado; Coronel Carlos Coutinho Rodrigues; Coronel António Eugénio

Moderador: Coronel João Barbas, Assessor de Estudos, Instituto da Defesa Nacional

Intervenção – Prospetiva Estratégica no Setor Público

Professor Doutor Francisco Furtado

PlanAPP-Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas

Agradeço o convite que me foi dirigido pelo Instituto da Defesa Nacional para intervir sobre este tema e aproveito igualmente para reconhecer o papel constante que o IDN tem desempenhado, ao longo dos últimos anos, na reconstrução e na reaproximação das questões de prospetiva estratégica ao setor público e à administração pública portuguesa.

Procurarei fazer uma breve exposição panorâmica, relativamente concisa, antes de terminar com algumas reflexões de natureza mais estrutural e menos processual. Importa começar por sublinhar que a questão da prospetiva estratégica no setor público não teve início com a criação do PLANAPP, em 2021. Esta prática tem raízes anteriores, remontando ao período do regime anterior ao 25 de Abril, e conheceu continuidade após a democratização. Teve, porém, um hiato de vários anos, sobretudo ao nível do centro de governo, na Presidência do Conselho de Ministros. Esse ciclo foi interrompido em 2011, mas desde 2021 tem havido um regresso consistente deste enfoque, algo que não é alheio ao contexto internacional e ao ambiente que se vive não apenas em Portugal, mas em toda a Europa e no mundo.

Gostaria de abordar, de forma breve, alguns projetos preliminares. O PLANAPP foi criado em 2021 e iniciou atividade em 2022. Como sabemos, o início de 2022 ficou marcado por acontecimentos que alteraram profundamente o panorama internacional. Reconhecendo essa realidade, desenvolvemos de imediato um conjunto de notas rápidas de prospetiva sobre vários aspetos da guerra – essencialmente nas dimensões política, económica e social. Procurámos igualmente, desde o primeiro momento, construir rede dentro da administração pública. Em 2022 organizámos um encontro que reuniu mais de vinte estruturas do Estado, dado que existem múltiplos organismos, em diferentes ministérios, que trabalham estas matérias de forma mais ou menos ativa. Uma parte essencial da nossa tarefa consiste precisamente em articular esforços, gerar economias de escala e criar sinergias. Nesse mesmo ano, participámos num projeto europeu – a iniciativa de Autonomia Estratégica Aberta Europeia – promovida por 26 Estados-membros e coordenada pela Espanha. Aproveitámos a oportunidade para definir e clarificar o significado desta autonomia no contexto português. Paralelamente, enquanto responsáveis por vários instrumentos de planeamento de médio prazo, começámos a integrar neles componentes de prospetiva de forma gradual e progressiva. A capacitação

– formal, informal e resultante do *learning by doing* – tem sido também um eixo central do trabalho realizado.

A REPLAN, rede de serviços de planeamento e prospetiva da administração pública, foi criada no final de 2022 e tornou-se plenamente operacional em 2023. Reúne representantes nomeados por todos os ministérios e funciona numa lógica dual: uma comissão de dirigentes de alto nível e várias equipas multissetoriais. Uma dessas equipas – já aqui referida – é a equipa de prospetiva, coordenada pela Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, pela Agência para o Clima e pelo PLANAPP.

Permitam-me destacar dois dos processos que já estão concluídos. O primeiro é o relatório “**Megatendências 2050 – O Mundo em Mudança: Impactos em Portugal**”, dinamizado pela equipa multissetorial de prospetiva da REPLAN. O relatório resultou de um processo altamente colaborativo, reunindo contributos de vários ministérios, múltiplos *workshops* setoriais (incluindo um que decorreu neste mesmo espaço), bem como *webinars* internacionais e regionais de natureza mais metodológica. Procurámos também tornar o exercício mais tangível, promovendo um concurso de ilustrações e contos incluído no relatório, que permitiu captar as perceções dos jovens sobre o futuro.

O relatório, lançado na Academia Militar em junho, organiza-se em torno de nove megatendências, várias das quais cruzam diretamente temas já aqui abordados: um mundo mais multipolar, a transformação dos modelos económicos, a aceleração tecnológica, a digitalização crescente, entre outras mudanças estruturais em curso. A secção conclusiva do relatório – que se relaciona de perto com esta sessão – aborda a resiliência numa lógica *whole-of-society* e sublinha a necessidade de uma visão abrangente de defesa, capaz de integrar ameaças naturais, desinformação, desafios à democracia, conflitos, ciberameaças e disrupções nas cadeias logísticas. A cidadania surge aqui como eixo estruturante.

No sentido de reforçar e consolidar esta disciplina, desenvolvemos também um glossário com mais de 70 termos de prospetiva, disponível *on-line*. Atualmente, estamos envolvidos no projeto **Portugal 2050**, que visa estabelecer uma visão estratégica de longo prazo para o país, enquadrando paralelamente diversos instrumentos de planeamento setorial. O contexto atual é de elevada incerteza e constitui uma encruzilhada marcada por um triplo choque: geopolítico, económico e sanitário. Estes momentos comportam riscos, mas também oportunidades significativas. Para um país como Portugal – que procura elevar o seu perfil de especialização e o seu nível de rendimento – os períodos de transição são oportunidades estratégicas que exigem agilidade e visão. Uma visão estruturada deve ser testada face a diferentes cenários exógenos, ajustada quando necessário e transformada em orientação concreta para a ação.

Não posso deixar de sublinhar um elemento adicional. Ainda que este fórum se centre nas questões europeias, Portugal possui uma geografia, história e cultura que o ligam a outros espaços fundamentais, como o Brasil e a CPLP. Estas relações têm significado estratégico para o país e devem ser integradas no pensamento prospetivo. Devemos refletir, neste contexto alargado (UE e NATO), sobre a mais-valia específica que Portugal detém, o seu espaço de ação e o seu papel. Questões como a transposição

de normas europeias para o contexto nacional demonstram como um pensamento estratégico de alto nível sobre o posicionamento do país facilitaria escolhas mais coerentes e eficazes. A prospetiva não é apenas exploração do futuro: é igualmente definição de um rumo e de um destino, reconhecendo que nem todas as variáveis podem ser controladas, mas que existe sempre margem de agência.

A coerência e o alinhamento das políticas públicas – sobretudo com a defesa – são hoje absolutamente incontornáveis. As ameaças são múltiplas, mas as oportunidades e as fontes de financiamento também. A defesa é um tema transversal e deve ser abordada numa lógica *whole-of-government*, funcionando num duplo sentido: influenciando os instrumentos transversais de planeamento e sendo por eles influenciada. Foi-nos recentemente solicitado um contributo para um documento na área da defesa e ficou evidente, logo no início, a necessidade de rever o **Conceito Estratégico de Defesa Nacional**. Não é coerente avançar para um novo ciclo estratégico sem atualizar o quadro conceptual que deve orientar a política de defesa.

Termino com uma última reflexão. No presente – e ainda mais no futuro – a defesa será um dos pilares do crescimento económico. No contexto europeu atual, este será um dos domínios com maior intensidade de investimento, maior mobilização de recursos e maior justificação de esforço estratégico. A defesa, como outras áreas estruturantes, exige atenção permanente, transversal a toda a governação e à sociedade.

Intervenção – Resiliência e uma Abordagem Integrada *Whole-of-Society*

Coronel Carlos Coutinho Rodrigues

Antigo Assessor de Estudos, Instituto da Defesa Nacional

[...]

As intervenções desta manhã oferecem um enquadramento que ajuda a justificar a abordagem que pretendo apresentar. A Senhora Professora referiu-se ao bem público; o Senhor General Arnaut Moreira destacou a importância – e o debate histórico – em torno de uma eventual maior federalização da Europa. Quando o problema é essencialmente político, a solução terá inevitavelmente de ser política. O exemplo da COP30, ainda em curso e sem solução política plenamente alcançada, demonstra isso de forma clara. O Senhor trouxe igualmente elementos que enraízam esta discussão no plano da cidadania, e é precisamente sobre as pessoas – sobre os cidadãos – que desejo centrar esta intervenção: qual é a “radiografia” do que pensam os cidadãos da União Europeia, e em particular os cidadãos portugueses, sobre estas matérias?

É esse o ponto que procurarei analisar, com particular destaque para a questão da **confiança**, elemento central para a legitimação institucional. Se discutimos os “Desafios da Defesa Europeia: Governança e Resiliência”, discutimos poder, instituições e a confiança dos cidadãos na capacidade das instituições para executarem as políticas e os propósitos que hoje moldam um mundo em mudança. Acrescentarei, no final, algumas breves notas sobre os desafios de uma crise transformadora.

As reflexões que apresento são acompanhadas por um conjunto de dados muito recentes, provenientes do Eurostat e da PORDATA. Não me deterei longamente nos gráficos, que são públicos e acessíveis, mas procurarei sublinhar o seu significado para a compreensão das dinâmicas entre sociedade, instituições e resiliência.

Foi já aqui demonstrado que a ordem internacional criada após a Segunda Guerra Mundial – e assente nas Nações Unidas – se encontra profundamente transformada. Um Secretário de Estado Norte-americano afirmava, no pós-guerra, que a batalha pela paz seria vencida com o combate ao medo e com o desenvolvimento, a fim de evitar novas guerras mundiais. Hoje, esse enquadramento encontra-se alterado. As formas de poder mudaram: combinam o poder tradicional dos Estados com formas difusas e descentralizadas que atravessam os domínios económico, financeiro e tecnológico, frequentemente descritas, pela escola francesa do século XX, como relações transacionais globais. Vivemos, assim, numa situação de “desordem internacional”.

A Europa – e o mundo – enfrentaram sucessivas crises: a financeira, a das dívidas soberanas, a dos refugiados, a crise pandémica e, agora, uma crise securitária e geopolítica. A pandemia devolveu-nos ao conceito clássico de crise, ao tempo *kairós* que interrompe o *chronos* para refletir, decidir e avaliar as consequências de longo prazo. Do pensamento chinês, herdamos também a ideia de que crise e oportunidade coexistem: mas sem decisão não há oportunidade.

Neste contexto, as apresentações anteriores mostraram claramente que a oportunidade só surge quando a crise é corretamente compreendida como transformadora e adaptativa.

Apresento, então, um conjunto de dados que ilustram como os cidadãos europeus percebem questões centrais para a autonomia estratégica e para a defesa europeia. Estes dados permitem perceber se existe, ou não, apoio social para uma eventual rutura com práticas tradicionais e se os cidadãos legitimam novas formas de atuação das instituições europeias e nacionais.

O primeiro dado relevante é que **a paz** continua a surgir, de forma destacada, como o valor mais representado entre os cidadãos europeus. Em seguida, surgem **o Estado de direito democrático** e **os direitos fundamentais** – valores estruturantes da ordem europeia que sustentaram 80 anos sem guerras entre Estados da Europa Ocidental.

Outro dado digno de registo diz respeito às perceções sobre o futuro. Os cidadãos acreditam que a vida das próximas gerações será mais difícil do que a sua. Isto deve-se, em grande medida, ao afastamento atual entre ciência e política. Em domínios como a transição energética, o combate às alterações climáticas ou as relações internacionais, a política tem dialogado inadequadamente com a ciência – ao contrário do que aconteceu durante a pandemia, onde a articulação foi mais eficaz. Paralelamente, a desigualdade crescente agrava a perceção de vulnerabilidade, uma vez que fenómenos naturais extremos custam hoje milhares de milhões de euros em reconstrução e afetam com maior intensidade quem é mais frágil.

A preparação, perante este cenário, exige uma abordagem *whole-of-government*, *whole-of-society* e *all-hazards*, como referi: compreensão integrada das ameaças, reforço da cooperação civil-militar e público-privada, e utilização estratégica da inovação tecnológica para enfrentar os riscos de um mundo de transformação acelerada.

Um dos gráficos que apresento – proveniente do Banco Mundial – refere-se à **confiança**, elemento central para a resiliência institucional. A transição energética é um bom exemplo: foi uma decisão política, não tecnológica, e está hoje a enfrentar resistências precisamente porque a confiança dos cidadãos nas instituições não é uniforme.

O local de residência influencia profundamente essa confiança. A confiança na União Europeia é mais elevada nas cidades, enquanto os residentes em zonas rurais tendem a confiar sobretudo nas autoridades locais e regionais. Em 2024, **65%** dos residentes rurais confiavam mais nas autoridades locais do que nas nacionais. No entanto, a confiança na União Europeia atingiu em 2025 o valor mais elevado desde 2008: **52%**, face a **31%** em 2013. Este facto merece reflexão: apesar das crises, a confiança na União Europeia aumentou, criando potencial para reforço institucional.

O contraste é que os governos nacionais apresentam tendência inversa: em praticamente todos os tipos de território, os cidadãos confiam mais na União Europeia do que nos seus próprios governos. Entre os fatores que explicam a baixa confiança nos níveis nacionais destaca-se o sentimento de abandono territorial – particularmente relevante em Portugal, onde a tendência demográfica revela perda de população no interior e concentração no litoral. A projeção demográfica até 2040 mostra um país quase todo a

vermelho, indiciando declínio populacional, com impactos diretos na coesão social, na confiança institucional e na disposição para mudanças estruturais.

A confiança nas instituições nacionais varia, mas Portugal surge consistentemente com níveis relativamente elevados de confiança quer na União Europeia, quer no governo nacional. Nos domínios da segurança e da defesa, os cidadãos europeus identificam estas áreas como prioritárias, e mostram maior disponibilidade para que nelas sejam investidos recursos financeiros.

No conjunto, os cidadãos da União Europeia consideram **a democracia e a governação** como os domínios mais cruciais para a resiliência coletiva. O relatório mais recente do V-DEM assinala que, à escala global, a Europa tornou-se quase a última grande reserva de democracias liberais, num mundo onde o autoritarismo avança.

Termino com três notas que me parecem essenciais:

1. A autonomia estratégica deve coexistir com cooperação aberta. A defesa do multilateralismo persiste, ainda que muitas vezes em tensão com a realidade.
2. A tecnologia deve ser tratada como um bem público.
3. A legitimidade da União Europeia deve traduzir-se em benefícios locais tangíveis, perceptíveis pelos cidadãos em todos os territórios.

Portugal tem uma história longa de governação local – desde forais medievais até municípios seculares – que constitui um património de resiliência política e comunitária. É também nesta cultura de cidadania que devemos trabalhar para enfrentar transformações futuras.

Intervenção – Trilogia Digital, Lições da Ucrânia

Coronel António Eugénio

Assessor de Estudos, Instituto da Defesa Nacional

Agradeço à Senhora Professora a oportunidade de me dirigir à audiência aqui em Lisboa e no Porto, que cumprimento igualmente, bem como os meus colegas de painel.

É sabido que as guerras são fenómenos complexos, sujeitos a interpretações diversas por parte de múltiplas disciplinas e audiências. Não existe, por isso, um quadro de referência único que permita uma análise definitiva. Na maioria das vezes, o exame rigoroso só pode ser realizado *a posteriori*. Ainda assim, arrisco hoje trazer uma proposta ousada: revisitar Clausewitz, o grande filósofo prussiano do início do século XIX, e projetar o seu pensamento para a era digital.

Clausewitz defende que a guerra é um “camaleão”, adaptando o seu carácter – mas nunca a sua natureza violenta – às especificidades dos contendores. Ao olharmos para a guerra na Ucrânia, este enquadramento permite-nos adotar uma perspetiva mais holística do conflito, muito distinta daquela apresentada diariamente pelos meios de comunicação, e mais alinhada com a abordagem *whole-of-society* já aqui referida pelos meus colegas de painel. Neste contexto, merece destaque especial a resiliência do povo ucraniano.

Clausewitz descreve ainda uma trindade paradoxal que governa a guerra, constituída por três grupos humanos distintos, mas inseparáveis e interdependentes: o governo, o povo e as forças armadas. O **governo** representa o poder político e a liderança estatal que define objetivos e dirige o conflito, guiado pela racionalidade, pelo cálculo e por um fim político claro. O **povo** simboliza as paixões e emoções coletivas, capazes de fomentar apoio ou oposição à guerra; é fonte de moral e de sentimento nacional, legitimando a mobilização e o sacrifício. As **forças armadas**, ou a defesa, constituem o instrumento operacional da guerra, ligado ao acaso, à probabilidade, à incerteza e ao risco; é este vértice que executa a estratégia e a tática no campo de batalha. Estes três elementos influenciam-se mutuamente como magnetos, formando um equilíbrio dinâmico que molda o carácter da guerra. A alteração de apenas um deles perturba o sistema; alterações coordenadas dos três podem gerar sinergias determinantes.

É precisamente esta dinâmica integrada – especialmente visível no uso das tecnologias digitais – que explica grande parte da resiliência ucraniana perante um adversário potencialmente mais poderoso, como é a Federação Russa. Este modelo deverá servir de referência para qualquer país, união ou aliança que pretenda reformar o seu governo, a sua sociedade e as suas forças armadas com base numa modernização tecnológica consistente.

Um dos aspetos menos discutidos da Ucrânia contemporânea é o seu sucesso extraordinário na implementação de soluções de governo eletrónico em plena guerra. Durante a campanha presidencial de 2019, Volodymyr Zelensky apresentou uma estratégia ambiciosa de modernização digital, inspirada nos países bálticos. A visão central era “um Estado, um *smartphone*”: acesso simples, ágil e transparente aos serviços públicos,

como se se tratasse de uma aplicação comercial. O objetivo declarado era transformar a Ucrânia no Estado mais conveniente do mundo.

Foi criado o Ministério da Transformação Digital e nomeados vice-ministros com esta área específica em vários ministérios-chave. Mykhailo Fedorov, diretor da campanha digital de Zelensky, tornou-se vice-primeiro-ministro e ministro da Transformação Digital, função que ainda desempenha. Em 2022, durante a Web Summit em Lisboa, afirmou que a guerra na Ucrânia era “a guerra tecnologicamente mais avançada da história da humanidade”.

Seis anos depois, a Ucrânia dispõe de um dos ecossistemas de governo eletrônico mais avançados do mundo. A plataforma **Diia** (“ação” ou “o Estado e eu”) inclui uma aplicação móvel com carteira digital contendo mais de 30 documentos, assinatura digital e mais de 40 serviços públicos, bem como um portal com mais de 130 serviços acessíveis em qualquer parte do mundo – essencial para a diáspora e para deslocados internos. Existem ainda plataformas de apoio ao empreendedorismo, à atividade empresarial digital e ferramentas *low-code* que permitem atualizações rápidas dos sistemas governamentais. A Ucrânia introduziu o primeiro passaporte digital do mundo em 2021, e inaugurou o primeiro assistente nacional de inteligência artificial aplicado a serviços públicos.

Este esforço produziu efeitos mensuráveis: em quatro anos, a Ucrânia subiu 39 posições no Índice das Nações Unidas de Governo Eletrônico. Hoje ocupa o 30.º lugar; Portugal, em contrapartida, caiu 11 posições, situando-se em 49.º. Na participação eletrônica – que avalia a disponibilização de informação e a participação dos cidadãos – a Ucrânia subiu 46 posições para o 30.º lugar, enquanto Portugal caiu para o 66.º. Kiev inaugurou também, em 2025, o segundo Centro Global de Tecnologia Governamental, após o primeiro ter sido estabelecido em Berlim em 2024, ambos integrados numa rede de inovação sob a égide do Fórum Económico Mundial. Foi igualmente publicado o documento *O Estado Agêntico*, que define princípios para o uso de IA nos serviços públicos.

A profundidade deste investimento refletiu-se numa parceria recente com a NVIDIA para a instalação de uma infraestrutura soberana de inteligência artificial, envolvendo talento ucraniano altamente qualificado – cerca de 300 mil profissionais no setor digital. Esse talento tem sido crucial no apoio à sociedade civil: iniciativas como o **IT Army of Ukraine**, o **Army SOS** ou o **Come Back Alive** mobilizam voluntários para operações cibernéticas e apoio às forças armadas. Outras aplicações, como o **MilChat**, combinam funcionalidades de comunicação e georreferenciação; o **eVorog** permite reportar atividades inimigas em território ocupado; e outras aplicações recolhem informação sobre vetores aéreos russos.

A diáspora tecnológica ucraniana tem igualmente contribuído. Com efeito, nomes como **Max Levchin** (cofundador da PayPal) ou **Jan Koum** (cofundador do WhatsApp) estabeleceram ligações internacionais valiosas, enquanto outros especialistas regressaram temporariamente para apoiar o país na gestão algorítmica das operações de defesa.

As Forças Armadas ucranianas – o terceiro vértice da trindade clausewitziana – transformaram-se profundamente sob pressão de combate, integrando tecnologias

digitais de forma acelerada. A plataforma de inovação **Brave One**, criada em 2023 sob a tutela do Ministério da Transformação Digital, tornou-se um acelerador estratégico envolvendo o Ministério da Defesa, o Estado-Maior General, o Ministério da Economia, o Ministério das Indústrias Estratégicas e o Conselho de Segurança Nacional. Entre muitas iniciativas, destaca-se a criação de um portal de aquisições ao estilo da Amazon, atribuindo pontos às unidades militares consoante o seu desempenho. A Brave One permite ainda testar equipamentos estrangeiros em combate e estabelecer parcerias para desenvolvimento conjunto.

Neste campo, a Ucrânia tornou-se pioneira mundial: criou o primeiro ramo independente para sistemas robóticos de combate, em fevereiro de 2024, seguido recentemente pela Rússia. Além disso, desenvolveu capacidades inovadoras, como a deteção acústica de drones baseada em IA ou a expansão dos ensinamentos dos drones para mísseis de cruzeiro de baixo custo.

A inovação mais disruptiva, contudo, é a plataforma **Delta**, um ecossistema de comando e controlo para operações multidomínio, baseado na nuvem e interoperável com sistemas da NATO. Delta funciona como um “Google militar”, oferecendo uma imagem operacional comum alimentada por múltiplas fontes. A inteligência artificial autonomiza várias tarefas, como a análise de redes sociais russas (sistema Griselda) e a deteção automática de sistemas militares inimigos, com uma precisão de 70% – uma média de uma deteção a cada 2,2 segundos – volume que ultrapassa a capacidade humana de processamento.

A aproximação clausewitziana permite, assim, compreender como as tecnologias digitais se interligam com governo, forças armadas e sociedade de forma integrada, reforçando a resiliência e eficácia da ação militar. O caso ucraniano constitui um laboratório único e uma fonte de ensinamentos relevantes para reformas estruturais na Europa, rumo a forças armadas modernas e credíveis para fins de dissuasão e defesa.

III Painel – A Indústria Europeia e a *New Defence*

Oradores: Capitão de Fragata Bruno Pica; Professor Doutor Ricardo Pinheiro Alves; Engenheiro Pedro Petiz;

Moderador: Dr. José Eduardo Carvalho, Presidente da Associação Industrial Portuguesa – Câmara do Comércio e Indústria

Intervenção – A EDA enquanto motor das novas capacidades de defesa

Bruno Pica

Direção-Geral de Armamento e Património da Defesa Nacional

Agradeço, em primeiro lugar, ao Instituto da Defesa Nacional o convite endereçado à Direção-Geral de Armamento e Património da Defesa Nacional. É com muito gosto que estou aqui a partilhar esta apresentação sobre a Agência Europeia de Defesa (EDA). A apresentação foi preparada especificamente para esta sessão e aborda temas e documentos muito recentes, num contexto em que todo o setor se encontra numa fase de forte evolução e de intensa produção normativa.

Começo por enquadrar a Agência Europeia de Defesa. A EDA está sob a autoridade do Conselho da União Europeia e é chefiada por Kaja Kallas, que acumula três funções: Vice-Presidente da Comissão Europeia, Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, e Presidente do Conselho da própria Agência. A estrutura organizacional inclui um **Chief Executive**, André Denk, e um **Chief Deputy Executive**, Stefano Conte (em funções interinas), além de um **Steering Board** e várias diretorias. A Agência articula-se com diversas instituições europeias, incluindo o Serviço Europeu de Ação Externa, o Comité Político e de Segurança e o Comité Militar da União Europeia, composto pelos CEMGFA dos Estados-membros.

Em 2024 foi realizada uma revisão estratégica que redefiniu cinco grandes áreas de atividade da EDA:

- Identificação e partilha de necessidades e prioridades;
- Promoção de projetos colaborativos de investigação, tecnologia e inovação, bem como harmonização de requisitos;
- Agregação da procura e realização de aquisições conjuntas;
- Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia;
- Apoio transversal às políticas de defesa e ao desenvolvimento de capacidades.

A **Long-Term Review** de 2024 reafirmou a EDA como *nexus* da cooperação europeia na área da defesa.

A organização operacional da EDA estrutura-se em quatro diretorias. Destaco, pela ligação direta ao meu trabalho, a **Capability, Armament and Planning Directorate**, à qual todos os Estados-membros designam um representante (CPOC). As outras

diretorias incluem as áreas estratégicas, a investigação, tecnologia e inovação, e os serviços de apoio.

Em 2023, a União Europeia definiu 22 prioridades de desenvolvimento de capacidades, distribuídas por vários domínios operacionais. Para as gerir, a EDA criou *working bodies* que integram dois níveis funcionais: o **Capability Planning Group (CPG)** e os **Capability Expert Groups (CEEG)**. Cada Estado-membro indica representantes para estas unidades.

Em março de 2024 foram publicados dois documentos centrais: **Defence for Readiness 2030** e **Preserving Peace – Defence Readiness Roadmap 2030**. O primeiro estabelece o que a Europa deve alcançar até 2030 em matéria de segurança e defesa; o segundo define a forma de lá chegar, identificando nove áreas de capacidade prioritária (*Priority Capability Areas – PCA*). Em outubro, o Conselho Europeu apelou à organização dos Estados-membros, de forma bilateral ou multilateral, para concretizar estas metas. Daqui resultaram dois elementos relevantes:

1. o reforço do papel da EDA na nova arquitetura de defesa;
2. o surgimento do conceito de **Lead Nation**.

O passo seguinte consistiu na identificação de **54 pilares de ação**, dos quais 12 foram classificados como prioritários. A priorização baseou-se em quatro critérios: urgência, maturidade tecnológica, contributo para a autonomia estratégica e transversalidade europeia.

A implementação destes pilares materializa-se em projetos colaborativos entre Estados-membros, apoiados pela plataforma **G2G (gov-to-gov)**, criada pela EDA para facilitar *matchmaking*. O número de projetos cresceu substancialmente, e a plataforma regista atualmente um volume muito superior ao dos dados apresentados na imagem inicial.

O conceito de **Lead Nation** constitui outro elemento inovador. Embora informal, este modelo permite que Estados-membros assumam liderança em áreas específicas, trabalhando de forma complementar às estruturas formais da EDA. O objetivo é aumentar o compromisso político e operacional dos Estados nas capacidades que lideram.

Os resultados mais recentes refletem claramente o aumento da integração e cooperação europeias. O crescimento do número de projetos, das candidaturas e do financiamento solicitado demonstra esta tendência. Em 2025, Portugal e as entidades portuguesas **duplicaram** o número de candidaturas ao Fundo Europeu de Defesa e **triplicaram** o número de coordenações de consórcios internacionais. A procura total dos Estados-membros foi **3,5 vezes superior** à dotação disponível. O atual Quadro Financeiro Plurianual prevê **7,4 mil milhões de euros** para o período 2021-2027, e as negociações para o ciclo 2028-2034 antecipam ainda mais recursos.

A União Europeia estabeleceu um rumo estratégico claro no desenvolvimento de capacidades: prioridades definidas, instrumentos estruturados, metas anuais e alinhamento institucional. Embora os tratados não imponham obrigações em matéria de defesa, os Estados-membros têm demonstrado crescente disponibilidade para cooperar de forma mais profunda.

A fotografia que mostro é do **Steering Board** desta segunda-feira, no qual foram definidas cinco novas linhas de ação, incluindo o **Hub for EU Defence and Innovation**, que reforça a aposta europeia na inovação tecnológica aplicada à defesa – um fator cuja relevância foi amplamente demonstrada pela guerra na Ucrânia e que continuará a moldar o futuro.

A consolidação da EDA enquanto ator central no desenvolvimento de capacidades de defesa, o aumento da aquisição conjunta – fundamental para gerar economia de escala, reforçar a interoperabilidade e reduzir dependências – e a evolução dos instrumentos financeiros europeus indicam um novo ciclo político e estratégico.

Intervenção – *A New Defence*: o caso da *Tekever*

Engenheiro Pedro Petiz

Grupo Tekever

Antes de mais, agradeço o convite para estar presente nesta casa e partilhar um pouco da experiência do Grupo Tekever enquanto empresa que atua neste mercado, atualmente extremamente dinâmico, apesar de nem sempre ter sido assim. Embora sejamos, em comparação com outros intervenientes deste setor, um *newcomer* e uma entidade de menor dimensão, não somos, por isso, uma entidade menor no mercado. Para compreenderem verdadeiramente quem somos, mais importante do que descrever o que fazemos é perceber a natureza do nosso trabalho. A face mais visível da Tekever são os drones, mas na realidade entregamos muito mais do que simples plataformas aéreas. Os drones são ferramentas, utilitários que nos permitem concretizar uma capacidade fundamental: a recolha de informação em tempo real. Quando falamos em tempo real, referimo-nos a informação que chega a tempo de influenciar decisões; tudo o que chega tarde demais perde valor operativo. Esta capacidade de recolher dados e atuar sobre eles é central na utilização dos nossos sistemas.

Os drones constituem apenas uma parte dessa cadeia. Existe todo um conjunto de processos associados ao tratamento da informação – agregação, análise e fusão – que conduz ao que chamamos *intelligence*. O objetivo é fornecer ao cliente ferramentas que lhe permitam tomar decisões mais informadas. Parte da informação provém diretamente de sensores embarcados; outra parte exige análise aprofundada, sobretudo num cenário operacional onde as fontes de dados são múltiplas, heterogêneas e nem sempre interoperáveis, o que exige a capacidade de as integrar de forma coerente. Trabalhamos ainda em contextos variados. A nossa história começa no domínio marítimo, algo natural num país com forte ligação ao mar. Contudo, hoje atuamos também em cenários terrestres, civis e de duplo uso.

Sendo uma empresa de engenharia, desde o início organizámo-nos para dominar a tecnologia com que trabalhamos. Para nós, tudo é um desafio de integração. A lógica de integração vertical permite-nos compreender como um sistema de comunicações, uma necessidade operacional ou um perfil de missão se traduzem num sistema de armas, num sistema integrado ou numa plataforma maior. Atualmente, os drones podem operar de forma autónoma ou integrados em sistemas mais amplos, como navios ou arquiteturas multidomínio, partilhando dados e interagindo com outros meios.

A crescente densidade tecnológica deste setor torna igualmente relevante o papel da informação geoespacial. Os satélites têm hoje um valor crítico, e por isso integramos dados provenientes de sensores no espaço e em terra através da nossa plataforma ATLAS. Em qualquer cenário operacional contemporâneo, é indispensável integrar, correlacionar e analisar informação de forma eficaz. Trabalhamos com os nossos parceiros nesta capacidade de agregação de dados ao longo de várias fases: antes da operação, durante a operação e após a missão. É também aqui que introduzimos uma

parte substancial das nossas capacidades de inteligência artificial – para previsão, detecção de padrões, análise de alterações comportamentais e melhoria contínua das operações. O processo é cíclico: executa-se uma ação, recolhe-se a informação gerada, analisa-se o resultado e integra-se esse conhecimento no sistema para aperfeiçoar operações futuras.

Este processo é agnóstico face ao tipo de plataforma: aplica-se a sistemas tripulados ou não tripulados. A razão pela qual insistimos neste ponto é simples: a nossa experiência mostra que os drones – cuja diversidade em forma, tamanho e configuração é hoje enorme – estão cada vez mais a interagir com outros tipos de sistemas, exigindo uma linguagem comum, interoperabilidade e coordenação. O conceito de “enxame” refere-se precisamente a essa coordenação entre sistemas heterogéneos.

A nossa família de drones – AR5, AR3 e ARX – ilustra esta evolução tecnológica e introduz um tema hoje central: o *New Defence*. A defesa tradicional assentava fortemente em meios mecânicos. Atualmente, o *software* passou de elemento complementar a motor principal das plataformas. Podemos considerar três níveis dentro do universo dos sistemas autónomos. Os primeiros são os sistemas *attributable*, em que o *hardware* e o *software* funcionam como *commodity* e onde se pretende operar com grande volume e baixo custo. Depois existe o segmento tático, onde nos posicionamos: sistemas mais valiosos, com custo significativo, que não queremos perder e cujo desenvolvimento é fortemente impulsionado pelo *software*, pela analítica e pelos sensores. Por fim, existem os sistemas estratégicos, tradicionalmente muito caros e cuja plataforma física não evolui ao ritmo do *software*, ainda que este permita alguma atualização.

Esta realidade coloca um desafio: como acompanhar a evolução constante? Em modelos tradicionais, definem-se requisitos para uma plataforma que será entregue só daqui a vinte anos. Em alguns setores estratégicos, isso ainda pode funcionar, mas num mercado onde a tecnologia muda a cada três meses é completamente incompatível. Por isso, não basta desenvolver produtos; é necessário desenvolver **capacidades evolutivas**, acompanhando continuamente o cliente. E esse acompanhamento não é feito a nível institucional, mas sim junto de quem está no terreno e diz: “isto é interessante, mas o que eu realmente preciso é daquilo”. Frequentemente, o utilizador final emprega hoje um sistema de forma diferente do que empregará dentro de seis meses. Temos assim dois vetores: o *bottom-up*, onde surgem novas tecnologias; e o *top-down*, onde a evolução operacional redefine necessidades e táticas.

Somando a isto, enfrentamos também a dimensão económica. Quanto mais barato for produzir, maior será a autonomia estratégica. Mas isso implica um enquadramento contratual que permita ciclos de vida integrados e colaboração dentro do ecossistema. É cada vez mais raro – e arriscado – que uma única empresa desenvolva tudo sozinha. Importa destacar aqui o excelente trabalho dos Ramos das Forças Armadas na criação das Zonas Livres Tecnológicas (ZLT), que nos permitem testar capacidades de uma forma que, de outro modo, só seria possível em contexto operacional – algo muito difícil para equipas de engenharia.

Assistimos a uma crescente cooperação entre sistemas tripulados e não tripulados, e entre domínios multidisciplinares. Estas áreas tecnológicas são relevantes e devem ser

tidas em conta nos programas de financiamento europeus para aquisição de capacidades. No momento em que a Europa procura autonomia estratégica, isto significa que os processos de aquisição devem considerar não só o produto de hoje, mas a sua capacidade de evoluir amanhã. Não é mais possível termos cadernos de encargos para produtos que só serão entregues duas décadas depois – dentro de vinte anos estarão inevitavelmente obsoletos.

Vivemos numa fase europeia com programas fortes – ReArm, SAFE, instrumentos NATO e o crescimento da EDA – que abrem espaço para colaboração e para que empresas como a Tekever puxem consigo toda a cadeia de fornecedores, que cresce à mesma velocidade. A Europa já reconheceu a necessidade de ampliar a sua capacidade produtiva para garantir autonomia estratégica. Isso exige maior integração de valor dentro da cadeia europeia. E essa integração começa nos projetos, não no produto final. O produto começa a ser desenvolvido nas parcerias, em torno da inovação que cria vantagens distintivas e que, quando incorporadas no produto, tornam esse produto operacionalmente disruptivo.

Para concluir, a Tekever tem no seu ADN a agilidade aliada à engenharia, o que nos tem permitido triunfar neste setor. Estamos a expandir para novos domínios porque não apenas devemos crescer – temos de crescer. Hoje, uma verdade é incontornável: **não há defesa sem economia, e dificilmente haverá economia sem capacidade de defesa.** É neste domínio que trabalhamos, no *Defence*, como parceiros ativos no desenvolvimento da indústria, em conjunto com os utilizadores finais. E, naturalmente, gostaríamos de poder fazer ainda mais.

IV Painel – Grande Desafio Europeu

Oradores: Dr. António José Batista; Capitão de Mar e Guerra Paulo Gonçalves Simões; Major-General João Ramos Nogueira

Moderador: Coronel António Eugénio, Assessor de Estudos, Instituto da Defesa Nacional

Intervenção – O Papel da Indústria Europeia de Defesa

Dr. António José Batista

Diretor-Geral de Armamento e Património da Defesa Nacional

Senhora Professora Doutora Isabel Nunes, minha estimada professora do Curso de Defesa Nacional;

Senhor Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional;

Senhores Dirigentes do Ministério da Defesa Nacional;

Senhores Oficiais Generais;

Senhores Oficiais, Sargentos e Praças;

Caras e caros convidados,

[...]

Permitam-me iniciar com uma reflexão sobre o tema do **papel da indústria europeia de defesa**. Para compreendermos a situação atual, é essencial revisitar o ponto de partida e perceber as razões que nos conduziram ao estado em que nos encontramos.

Durante décadas, verificou-se um **desinvestimento estrutural** na indústria europeia de defesa – tanto no plano europeu como em Portugal. No contexto europeu, prevaleceu a convicção de que a proteção norte-americana, através da NATO, constituía um garante suficiente. Com exceção de dois ou três países, entre os quais o Reino Unido e a França, muitos Estados-membros desinvestiram, confiando excessivamente na parceria transatlântica.

Em Portugal, após a guerra do Ultramar e com o advento da democracia, verificou-se igualmente uma retração significativa, que conduziu ao encerramento de parte da indústria de defesa existente.

A consequência foi dupla: por um lado, desinvestiu-se; por outro, manteve-se um panorama **altamente fragmentado**, com custos estratégicos evidentes. A Europa não conseguiu falar a uma só voz, nem promover uma verdadeira integração industrial. Ao contrário dos Estados Unidos, cuja indústria de defesa se concentra em poucas grandes empresas, a Europa dispersou-se, inclusive ao nível das qualificações e padrões técnicos, perdendo competitividade no plano internacional.

A **invasão da Ucrânia, em 2022**, alterou definitivamente este panorama. Constituiu um momento de **despertar estratégico**. A Europa percebeu que não podia continuar a investir de forma residual em defesa, como acontecia na maioria dos países, nem limitar-se

a fomentar apenas tecnologias de duplo uso, por mais relevantes que sejam. A nova realidade geopolítica exigiu uma inversão de prioridades e uma ação imediata.

Perante este cenário, tornou-se inevitável colocar a questão: **poderá a autonomia estratégica europeia tornar-se realidade?** A resposta dependerá da execução concreta dos planos atualmente em curso.

A União Europeia identificou **sete áreas críticas** para o rearmamento e reequipamento: defesa aérea e antimíssil, artilharia, munições, drones, tecnologias emergentes, facilitadores estratégicos e mobilidade militar. Estas áreas devem ser objeto de reforço estratégico urgente. Paralelamente, a Europa reconheceu que precisa não apenas de reequipar, mas de o fazer **com base na sua própria indústria**. Daí a centralidade da consolidação do mercado europeu de defesa.

O **Livro Branco para a Defesa** propõe a criação de um verdadeiro **mercado interno de defesa** assente na simplificação dos processos de aquisição pública, na adaptação dos regimes legais aplicáveis e na promoção de uma indústria europeia forte, integrada e competitiva. A iniciativa **Buy European, Buy Better, Together and More** traduz exatamente esta ambição: comprar europeu, comprar melhor, comprar em conjunto e comprar mais.

A nova política europeia de defesa assenta, assim, nos três “R”: **rearmar, reequipar e reinvestir** – tanto a nível nacional como europeu. Ignorar esta orientação seria desperdiçar uma oportunidade estratégica sem precedentes.

A modernização da defesa exige igualmente atenção às novas realidades tecnológicas: **inteligência artificial, espaço, ciberespaço e tecnologias emergentes**. Os conflitos atuais e futuros dependem – e dependerão cada vez mais – destes domínios. Portugal tem desenvolvido um ecossistema dinâmico, assente no empreendedorismo tecnológico, com PME e *start-ups* que hoje são referências internacionais, algumas já presentes nos quatro cantos do mundo.

Não obstante, **não pode haver investimento, indústria ou inovação sem pessoas**. O capital humano é um elemento absolutamente central. Mais de **60% da força de trabalho do setor de defesa é altamente qualificada**, representando um segmento económico de elevada especialização, valor acrescentado e competitividade. Quanto mais qualificados forem os trabalhadores, mais competitiva será a indústria europeia – e mais robusta será a sua capacidade de resposta.

Perante este quadro, importa questionar: **para onde se dirige a indústria europeia de defesa?** Vivemos um momento decisivo. A União Europeia dispõe hoje de vários mecanismos de apoio à reindustrialização, ao rearmamento e ao reequipamento das Forças Armadas. Cabe agora aos Estados-membros decidir de que lado querem estar. A Europa desarmada fragilizou-se; uma Europa rearmada pode voltar a ser dissuasora – e a dissuasão é, não raras vezes, a melhor forma de prevenir conflitos.

Para concluir, enquanto Diretor-Geral de Armamento e Património da Defesa Nacional, compete-me contribuir para a execução das políticas de armamento e reequipamento definidas pela tutela; apoiar quem pretende investir; facilitar processos de licenciamento; e trabalhar para **reduzir a burocracia**, acelerando procedimentos e promovendo maior eficácia, sem nunca comprometer o rigor exigido ao serviço público.

Intervenção – Experimentação com Vista ao Desenvolvimento de Capacidades Militares

Capitão de Mar e Guerra Paulo Gonçalves Simões

Chefe da Divisão de Inovação e Transformação do Estado-Maior da Armada

Começo por agradecer, em nome da Marinha, o convite que nos foi dirigido pelo Instituto da Defesa Nacional. Cumprimento igualmente a Senhora Diretora do Instituto, o Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional, o Senhor Embaixador, os Senhores Oficiais Gerais aqui presentes e toda a audiência, incluindo os auditores e as entidades da academia e da indústria que nos acompanham.

É um privilégio participar na sétima edição do Seminário de Defesa Nacional, que nos desafia a refletir sobre o futuro da defesa europeia num momento em que o ambiente estratégico se transforma a uma velocidade sem precedentes. Como sublinha o documento enquadrador deste seminário, vivemos um verdadeiro ponto de inflexão. A competição sistémica, a aceleração tecnológica e a militarização de domínios como o ciberespaço ou o espaço marítimo profundo estão a alterar profundamente a forma como concebemos a segurança, a soberania e o poder militar.

A Europa já não pode responder apenas com mais investimento. Precisa de mudar estruturalmente o modo como conceptualiza, desenvolve e integra capacidades. Precisamos de forças modeláveis, interoperáveis, digitalmente integradas e tecnologicamente soberanas.

A apresentação que trago representa o esforço que a Marinha tem realizado, desde 2020, através do seu Centro de Experimentação Operacional. É neste contexto que a experimentação militar assume um papel verdadeiramente estruturante. Deixou de ser uma atividade periférica, associada apenas ao teste de protótipos, para se tornar um instrumento estratégico que liga inovação, necessidades operacionais e edificação de capacidades.

Hoje, a eficácia de uma força não depende tanto do número de sistemas que possui, mas da velocidade a que consegue aprender, adaptar-se e transformar tecnologia em vantagem operacional. A guerra na Ucrânia demonstra esta realidade de forma inequívoca. A proliferação de sistemas autónomos, o emprego intensivo de inteligência artificial, a multiplicação de sensores e o surgimento de novos modelos de comando e controlo distribuído evidenciam que o campo de batalha contemporâneo recompensa quem experimenta de forma integrada, célere, próxima do utilizador final e orientada para efeitos concretos – como vimos claramente na apresentação anterior da Tekever.

A experimentação permite que cada dimensão do modelo **DOTMLFI** (Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança e Pessoal, Infraestruturas e Interoperabilidade) evolua de forma coerente e informada. Mas a experimentação não serve apenas para ajustar a forma como operamos; serve também para transformar a forma como planeamos.

O ciclo tradicional de planeamento de capacidades foi concebido para um mundo em que a tecnologia evoluía lentamente, em que os saltos tecnológicos ocorriam,

seguindo a Lei de Moore, a cada 18 meses. Hoje, esses ciclos são muito mais curtos – como referiu recentemente o CEO da Google: em alguns domínios tecnológicos, os saltos ocorrem a cada seis meses, se não menos. Assim, o planeamento só funciona plenamente se for alimentado e acelerado pela experimentação operacional.

Sem experimentação, o planeamento tende a gerar efeitos desfasados, aquisições de risco elevado e decisões baseadas em percepções em vez de evidência. Com experimentação, torna-se dinâmico, adaptativo e antecipatório.

A experimentação revela necessidades que permaneceriam ocultas. Muitas lacunas só se tornam visíveis quando novos sistemas são testados em ambiente real. Quando testamos um sistema autónomo no mar, percebemos que o principal desafio pode não estar na plataforma, mas na largura de banda, na interoperabilidade ou no perfil de competências do operador. Quando avaliamos guerra eletrónica num ambiente eletromagnético denso, concluímos que a doutrina existente é insuficiente e que a estrutura organizacional pode não ter a agilidade necessária. Sistemas que parecem maduros em laboratório revelam limitações quando confrontados com a complexidade do mundo real.

Por outro lado, a experimentação transforma requisitos abstratos em requisitos vivos e interativos, ajustados a resultados concretos. Como a Tekever tem demonstrado, tanto através de ensaios no terreno como do “laboratório vivo” que, infelizmente, é hoje a Ucrânia, a experimentação operacional fornece dados, validações e métricas que orientam decisões de investimento com maior segurança. Observações diretas em exercícios – integração de sensores, desempenho operacional, efeitos na logística, interoperabilidade com aliados – reduzem o risco político, operacional e financeiro. Ao tornarem as decisões mais concretas e fundamentadas, aceleram-nas.

A experimentação cria, assim, confiança estratégica: confiança na tecnologia, na sua integração e no valor do investimento.

Estes fatores tornam a experimentação um componente essencial da transformação militar europeia. É precisamente por isso que a Europa deve evoluir de um mosaico de iniciativas nacionais para um verdadeiro **Sistema Europeu de Experimentação e Inovação**, onde os Estados testem em conjunto aquilo que mais tarde terão de operar em conjunto. O programa deste seminário aponta para uma defesa europeia modelável, flexível e tecnologicamente integrada; uma arquitetura que combine normas, tecnologia, indústria e interoperabilidade. Nada disso será possível sem experimentação multinacional.

O exercício **REPMUS** constitui um excelente exemplo. Na última edição, realizada em setembro, participaram 37 países, 24 deles envolvidos em experimentação. Tivemos casos emblemáticos, como o de um investigador que, em apenas duas semanas, conseguiu desenvolver o equivalente a seis meses de trabalho – graças ao acesso a dados e a condições operacionais reais que seriam impossíveis de recriar em ambiente laboratorial. O impacto para a sua organização foi equivalente a cerca de meio milhão de dólares em valor acelerado. Esta é a força da experimentação aplicada.

Portugal tem procurado estar na linha da frente deste movimento. A **Zona Livre Tecnológica Infante D. Henrique**, o **Centro de Experimentação da Marinha** e o

próprio **REPMUS** são hoje reconhecidos como plataformas estratégicas no espaço europeu e atlântico. Nestes ambientes, a experimentação não é apenas técnica: é doutrinária, organizacional, operacional e colaborativa. É onde testamos novos modelos de comando e controlo, onde integramos dados, onde avaliamos conceitos de emprego, onde ajustamos infraestruturas e onde desenvolvemos competências.

É também onde o ecossistema **Forças Armadas – Indústria – Academia** encontra um espaço natural de cocriação. Ao colocar as Forças Armadas como integradoras de tecnologia – e não apenas como compradoras – este modelo reduz dependências externas, reforça soberania tecnológica e cria valor económico. A indústria beneficia de desenvolvimento acelerado; a academia, de investigação aplicada e relevante; o país, de autonomia e competitividade; e a defesa, de capacidades mais sólidas, maduras e adaptadas ao ambiente real.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, **o futuro da defesa será determinado por quem conseguir transformar inovação em capacidade com maior velocidade e menor risco**. A experimentação é, simultaneamente, um acelerador tecnológico, um instrumento operacional e uma alavanca de soberania. Alimenta o planeamento, influencia a decisão e reduz hesitações políticas e financeiras.

Permite que a Europa – e, conseqüentemente, Portugal – passe de um modelo reativo para um modelo verdadeiramente antecipatório, alicerçado num sistema interoperável e multinacional. Se tal não acontecer, arriscamo-nos a adquirir tarde aquilo que outros desenvolveram cedo.

Portugal reúne condições únicas para liderar parte desta transformação. Temos o mar; temos infraestruturas de excelência; temos talento; temos instituições alinhadas; temos parceiros que reconhecem o nosso valor. Se transformarmos estas capacidades em política pública estruturada, integrando a experimentação no planeamento e reforçando o ecossistema da defesa, da indústria e da ciência, poderemos contribuir decisivamente para a Europa que este seminário convoca: **uma Europa mais segura, mais autónoma e mais preparada para os desafios do século XXI**.

Intervenção – Plano de Ação sobre Mobilidade Militar 2.0

Major-General João Ramos Nogueira

Diretor de Manutenção de Sistemas de Armas, Força Aérea Portuguesa

Começo por cumprimentar o Instituto da Defesa Nacional, na pessoa da Senhora Professora Doutora, agradecendo o convite que me foi dirigido. Cumprimento igualmente toda a audiência e os restantes membros deste painel. É para mim uma honra estar presente e ter a oportunidade de partilhar algumas considerações sobre este tema, cuja relevância é facilmente compreensível quando recuamos no tempo e reconhecemos o papel determinante da mobilidade para o cumprimento dos objetivos militares. A capacidade de deslocar rapidamente tropas, meios e materiais do ponto A para o ponto B permanece um fator crítico em qualquer teatro de operações.

O atual contexto geopolítico e geoestratégico reforça esta necessidade. A Europa enfrenta ameaças múltiplas e em transformação, o que exige um realinhamento de prioridades e uma redefinição de objetivos, de modo a garantir que o continente dispõe de mecanismos eficazes para agir, deslocar-se e projetar força quando necessário. Para tal, é indispensável assegurar a capacidade de movimentar forças e equipamentos, em escalas diversas, para teatros de operações mais ou menos distantes, garantindo sempre uma resposta coordenada, eficaz, eficiente e atempada.

Desde 2018, têm sido desenvolvidas diversas iniciativas destinadas a facilitar a mobilidade militar no espaço europeu. Estas iniciativas procuraram clarificar regras aduaneiras relativas ao transporte de bens militares, incluindo aspetos fiscais, documentais e procedimentais; promover a circulação intrafronteiriça de forma mais simples e célere; estabelecer mecanismos de validação de requisitos militares que permitam compatibilizar as necessidades operacionais com as capacidades civis disponíveis; avaliar a adequação das infraestruturas de transporte existentes para uso militar; e harmonizar a regulamentação militar com a regulamentação civil europeia em matéria de transportes. É um processo complexo, que envolve avanços e recuos, mas cuja necessidade foi amplamente reforçada com a conflitualidade mais recente, em particular após 2022.

Deste conjunto de esforços surgiu o **Plano de Mobilidade Militar 2.0**, sustentado em quatro pilares fundamentais.

O primeiro assenta na criação de corredores multimodais e polos logísticos capazes de identificar lacunas, promover investimentos em estruturas de transporte e integrar requisitos essenciais, como cadeias de abastecimento de combustíveis, permitindo a circulação de bens ao longo de grandes distâncias.

O segundo pilar incide na dimensão regulamentar, enfrentando o desafio de harmonizar procedimentos entre Estados-membros, num contexto em que a burocracia e divergências legais continuam a comprometer a fluidez dos movimentos militares. Acresce a necessidade de digitalizar processos administrativos, ainda hoje marcados por mecanismos pesados e lentos que dificultam a agilidade operacional.

O terceiro pilar refere-se à resiliência e preparação das infraestruturas, incluindo a identificação e proteção de infraestruturas críticas para assegurar a continuidade funcional em cenários de crise.

O quarto pilar envolve o reforço da cooperação entre a União Europeia e a NATO, nomeadamente na definição de requisitos, na organização de exercícios e no recurso a capacidades de comunicação e observação.

O objetivo é claro: garantir que tropas e equipamentos possam movimentar-se de forma rápida, segura e coordenada dentro do território europeu, por via rodoviária, ferroviária, marítima ou aérea. A grande ideia subjacente é a criação de um verdadeiro “**Schengen militar**”, que permita mobilizações transfronteiriças ágeis, reduzindo entraves burocráticos e assegurando a livre circulação de meios militares. Para tal, é necessário harmonizar procedimentos, adaptar infraestruturas civis para uso dual, identificar corredores prioritários e reforçar a cooperação entre Estados-membros e a Aliança Atlântica.

A mobilidade constitui um princípio intemporal da arte da guerra. Clausewitz sublinha a importância da rapidez, da eficiência e da capacidade de movimentação de forças, princípios que permanecem válidos. Em cenários de intensificação da conflitualidade, a necessidade de projetar rapidamente meios e pessoal torna-se ainda mais evidente. O desafio é garantir que estamos preparados para responder com agilidade quando a situação o exige.

Neste contexto, importa destacar a relevância da **mobilidade aérea**, uma das áreas em que o país dispõe de capacidades particularmente significativas. As duas principais dimensões são o transporte aéreo – de tropas, cargas e evacuações médicas – e o reabastecimento aéreo. É reconhecido que, no seio da União Europeia, existem lacunas importantes no transporte aéreo estratégico e tático. Portugal procurou dar resposta a parte dessas necessidades com o investimento na aeronave **KC-390**, que proporciona simultaneamente transporte estratégico e tático, capacidade de operar em ambientes exigentes e maior alcance operacional. A conjugação destas características confere ao país uma capacidade acrescida de projeção de meios.

Permitam-me concluir com algumas reflexões. A mobilidade militar constitui um instrumento fundamental de dissuasão, desde que devidamente implementado. Para tal, é necessário assegurar o envolvimento transversal de várias áreas governativas, porque grande parte das infraestruturas críticas para a mobilidade são civis, ainda que tenham potencial uso militar. É igualmente essencial simplificar processos administrativos, harmonizar quadros jurídicos entre Estados-membros e garantir que as infraestruturas de transporte são concebidas e adaptadas para satisfazer requisitos militares. A proteção de infraestruturas críticas e a edificação de capacidades de mobilidade devem ocupar um lugar central no planeamento da defesa, pois os teatros de operações modernos exigem crescente agilidade, rapidez e eficiência.

Sessão de encerramento

Dr. Nuno Melo

Ministro da Defesa Nacional

Senhor Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Gomes da Fonseca,
Senhora Diretora-Geral do Instituto da Defesa Nacional, Professora Doutora Isabel Nunes,
Senhores Embaixadores,
Senhor Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, Vice-Almirante de Souza Costa, em representação do Chefe do Estado-Maior da Armada,
Distintos Diretores-Gerais e demais entidades do Ministério da Defesa Nacional e instituições aqui presentes,
Senhores Oficiais Gerais em representação dos Chefes do Estado-Maior do Exército e da Força Aérea, demais Oficiais Gerais,
Senhor Comissário em representação do Diretor Nacional da PSP,
Oradores e moderadores do sétimo Seminário de Defesa Nacional,
Demais entidades civis, militares, diplomáticas e académicas,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Tenho tido a oportunidade, ao longo de diversas intervenções aqui no Instituto da Defesa Nacional, de antecipar e confirmar objetivos estratégicos do Governo, metas que pretendemos atingir e concretizações que temos conseguido. Procuramos avaliar de que forma, olhando para a Defesa Nacional, transformamos em realidade aquilo que as Forças Armadas reclamam há muito: investimento. Felizmente, temos apresentado resultados através de um trabalho que é sempre de equipa. No que me respeita, as decisões são políticas, mas assentam em dados objetivos e técnicos, apresentados por equipas que envolvem o EMQFA, os Ramos, a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, a Secretaria-Geral, a IDD Portugal Defence, a Direção-Geral de Armamento e Política da Defesa Nacional e, naturalmente, o Ministério da Defesa Nacional. Os dados são objetivos, as propostas são apresentadas e as políticas são tomadas com essa base.

Hoje, em Portugal, todos “sabem de tudo”: helicópteros, navios, geopolítica, ciberdefesa. Temos pessoas extraordinárias, com domínio de áreas diversas. Eu mesmo reconheço as minhas limitações e, por isso, decido politicamente com base nos objetivos e na evidência fornecida por quem considero verdadeiros especialistas – e, quando se trata de Forças Armadas, os especialistas estão nas Forças Armadas: quem melhor percebe de navios é a Marinha; de aeronaves, a Força Aérea; de veículos blindados e outros sistemas terrestres, o Exército. Assim, através de equipas multidisciplinares, tomamos decisões que, nessa medida, são objetivas e tecnicamente fundamentadas.

Há decisões de Governo que marcam gerações, pela mudança que anunciam e pela vontade política que as torna possíveis. Não transformamos nada nas Forças Armadas

apenas com discursos, por mais importantes que sejam. A candidatura nacional ao **CEIFA**, aprovada na passada sexta-feira, é exemplo paradigmático e, provavelmente, o mais relevante neste propósito transformador: estamos a falar de um esforço de cerca de **5 800 milhões de euros**. Trata-se, creio, do maior programa de investimento, de uma só vez, nos três Ramos das Forças Armadas. Este valor resulta de uma avaliação objetiva, amadurecida no EMQFA, nos Ramos e nas Direções-Gerais, e será mobilizado para investimentos em **navios, veículos blindados, satélites, defesas antiaéreas, reservas de munições**, entre outros – sempre com **critério**, em alinhamento com o nosso **Sistema de Forças**, com os **alvos capacitários da NATO**, e com as **missões** dentro e fora do território nacional, incluindo o apoio à população civil. Pensamos, como é suposto neste Ministério, na defesa imediata da soberania; mas pensamos também o **interesse nacional** numa perspetiva alargada, incluindo o **retorno do investimento para a economia**.

Não nos limitamos a avaliar capacidades: **investimos em ciclos de vida**. Na produção e/ou na manutenção, a Base Tecnológica e Industrial de Defesa – e mais além – tem de estar presente. Não adquirimos “Ferraris” para ficarem estacionados por falta do restante. Investimos em **ciclos de vida** para assegurar utilização permanente do que adquirimos; e, nesse esforço de produção e manutenção, **as nossas empresas** participam, permitindo que os Ramos utilizem os meios como é suposto, durante todo o seu ciclo de utilização. Envolveremos a **indústria nacional** ao longo de todo o ciclo de vida, certos de que isto **alavanca a economia** – algo que já se verifica – e coloca o país na vanguarda, com os olhos no futuro.

Permitam-me clarificar três pontos sobre investimentos e equipamentos:

- 1) **Investimos no que é mais necessário, no momento certo**. O contexto geopolítico é conhecido e a imprevisibilidade é, infelizmente, um dado adquirido para os próximos tempos. Cumpre-nos também **reforçar o pilar europeu de defesa na NATO**: é uma lição que retiramos. A NATO é uma Aliança Atlântica; contamos com o outro lado do Atlântico, mas temos de fazer mais por nós. Ao mobilizar recursos – designadamente através do **SAFE**, que exige pelo menos **60% de incorporação europeia** – reforçamos o pilar europeu da NATO.
- 2) **Investimos porque é preciso dar às Forças Armadas as melhores condições** para cumprirem as suas missões, em Portugal e no exterior, **em terra, no mar, no ar, no ciberespaço e no espaço**. Existem capacidades essenciais à **dissuasão** e à **defesa**, mas também ao **apoio direto às populações em emergência**. São numerosos os exemplos da ação diária das Forças Armadas **ao serviço do país**, salvando vidas, e cooperando com a **Polícia Judiciária** e as **forças de segurança**. A colaboração institucional é irrepreensível e produz resultados.
- 3) **Investimos para acompanhar a mudança estratégica e doutrinária**. Os conflitos atuais são **em rede**, com **dados, sensores, inteligência artificial, sistemas não tripulados**, e a combinação de táticas e métodos antigos com **equipamentos de duplo uso**. Em 2025 e no futuro, a referência de excelência

será a **capacidade de operar em multidomínio**. Entrámos numa nova era tecnológica e os militares não ficam à margem: queremos as Forças Armadas **na primeira linha**. As ameaças são **híbridas** e incidem também sobre **infraestruturas civis e militares**; por isso, a par da **mobilidade militar**, é crucial **proteger as infraestruturas que a suportam**, reforçando a resiliência. Investimos **no âmbito europeu** sem enfraquecer alianças – pelo contrário –, fortalecendo **capacidades complementares e interoperáveis**, com vista à **autonomia estratégica**.

Investimos, também, a **pensar no interesse nacional**, para trazer vantagens reais neste novo ciclo. Permitam-me concluir com uma nota: **investir em defesa não é um luxo; é um imperativo**. Não é ficção; é um exercício permanente. E não é um problema; é **uma oportunidade** que não podemos desperdiçar. Temos uma obrigação solene para com os portugueses: **aproveitar esta oportunidade com competência**.

No ano passado, um título de jornal falava em “**brilharete orçamental**” a propósito da execução da Defesa Nacional, próxima dos 100% dos recursos disponíveis – sempre escassos. Tal foi possível graças ao **trabalho de equipa, planeamento e esforço**. É assim que **trazemos as Forças Armadas para o século XXI**, à nossa escala, com os nossos recursos e limites, **alavancando a economia e reforçando a Defesa**. Chegámos ao momento de **virar a página** – mas a página não se vira sozinha.

Durante anos, discutiu-se se Portugal cumpria; houve adiamentos e **cativações**, sendo a Defesa, entre os ministérios, dos mais afetados. Nestes **17-18 meses**, começámos **pelas pessoas**. Sem militares – mulheres e homens –, o equipamento mais sofisticado não serve. **Aumentámos salários e suplementos, criámos o primeiro mecanismo de apoio** em caso de **incapacidade ou morte em serviço** – algo que não existia e era incompreensível –, e **lançámos medidas de apoio aos antigos combatentes e aos Deficientes das Forças Armadas**. Ao **comparticiparmos a 100% a medicação** de antigos combatentes, sabíamos o impacto que isso teria nos orçamentos familiares, sobretudo dos mais idosos.

Identificámos outros problemas críticos para **recrutar e reter** e avançámos com **habitação**: recuperámos **edifícios devolutos**, mobilizámos **verbas do PRR**, numa lógica de **solidariedade interministerial**, e estamos a **adaptá-los** para os disponibilizar a **custos reduzidos** a militares. Fizemos o mesmo na **saúde**: após mais de uma década a falar do **polo de cirurgia do Hospital das Forças Armadas**, avançámos – **18 milhões de euros** de investimento – para criar um **hospital de referência nacional**. E estamos a **tratar do património**: recuperamos **edifícios históricos** à guarda das Forças Armadas (nomeadamente do Exército), como a **Igreja da Graça**, em Évora, e a **Igreja da Bemposta**, em Lisboa. O património não é um “último recurso”; é **prioridade**.

Só depois avançámos para os **equipamentos**, quando **invertidos os números** de recrutamento e retenção nos três Ramos. Provámos a **relação de causa-efeito**: ao investir nas Forças Armadas e mostrar aos jovens que aqui podem **cumprir projetos de vida**, mais jovens **vêm** e mais querem **ficar**. Em pouco mais de um ano, **invertido o**

ciclo, passámos aos **equipamentos decisivos**. É com satisfação que os tratamos **18 meses depois**, porque **não começámos a casa pelo telhado**: o investimento em equipamentos é o passo coerente de quem **tem – e quer – pessoas**, garantindo-lhes **os melhores meios** para missões exigentes e numerosas.

Dentro e fora, em cada Ramo e junto dos aliados, **Portugal está a fazer a sua parte**. As reuniões na **NATO**, em Bruxelas, não são apenas momentos discursivos; **temos concretizado** compromissos em **resultados efetivos**. Estamos a **mudar a Defesa** e a **transformar as Forças Armadas** – e isso já se sente. Se **17-18 meses** produziram isto, com **quatro anos** faremos mais. Importa que, cumprido esse ciclo, **mantenhamos este trabalho de equipa**: agradeço profundamente ao **EMQFA**, aos **Ramos**, à **Secretaria-Geral**, às **Direções-Gerais** e a todos os que comigo colaboram na Defesa Nacional. **Estamos a mudar algo de fundo – e isso é muito bom**.

Muito obrigado a todos. **Continuemos a construir Portugal**.

Índice de IDN Cadernos Publicados

III SÉRIE

2025	56	VI Seminário de Defesa Nacional
	55	V Seminário de Defesa Nacional
2024	54	IX Seminário IDN Jovem
	53	VIII Seminário IDN Jovem
	52	As Consequências Estratégicas da Guerra Russo-Ucraniana
2023	51	IV Seminar of the Atlantic Centre
	50	IV Seminário de Defesa Nacional
	49	VII Seminário IDN Jovem
	48	<i>Zeitenwende</i> : a Alemanha, a NATO e a Segurança Europeia no Contexto da Guerra na Ucrânia
2022	47	VI Seminário IDN Jovem
	46	III Seminário de Defesa Nacional
	45	III Seminário do Centro do Atlântico
	44	Documentos Estratégicos de Segurança e Defesa
	43	II Seminário de Defesa Nacional
2021	42	Tattered Alliance: Donald Trump and Europe
	41	Cyber Defence in the 5+5 Area: Prospects for Cooperation
	40	Atlantic Centre
	39	Dragon Rejuvenated: Making China Greatest Again
	38	Atlantic Centre for Defence Capacity Building
2020	37	Prospects for Euro-Atlantic Cooperation
	36	V Seminário IDN Jovem
	35	A Antártida no Espaço Geopolítico do Atlântico Sul
	34	Despojos de Guerra: As Consequências e Sequelas da Primeira Guerra Mundial
2019	33	IV Seminário IDN Jovem
	32	Seminário de Defesa Nacional
	31	A Democracia na Europa: Alemanha, França, Reino Unido e Espanha Face às Crises Contemporâneas
2018	30	III Seminário IDN Jovem
	29	Cibersegurança e Políticas Públicas: Análise Comparada dos Casos Chileno e Português
	28	Contributos para uma Estratégia Nacional de Ciberdefesa

	27	Economia da Defesa Nacional
	26	Novo Século, Novas Guerras Assimétricas? Origem, Dinâmica e Resposta a Conflitos não-Convencionais
2017	25	II Seminário IDN Jovem
	24	Geopolitics of Energy and Energy Security
	23	I Seminário IDN Jovem
	22	Entering the First World War
2016	21	Os Parlamentos Nacionais como Atores Dessecuritizadores do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da União Europeia: O Caso da Proteção de Dados
	20	América do Sul: uma Visão Geopolítica
2015	19	A Centralidade do Atlântico: Portugal e o Futuro da Ordem Internacional
	18	Uma Pequena Potência é uma Potência? O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências na Grande Guerra de 1914-1918
	17	As Ásias, a Europa e os Atlânticos sob o Signo da Energia: Horizonte 2030
	16	O Referencial Energético de Gás Natural Euro-Russo e a Anunciada Revolução do <i>Shale Gas</i>
2014	15	A Diplomacia Militar da China: Tipologia, Objetivos e Desafios
	14	Geopolítica e Geoestratégia da Federação Russa: a Força da Vontade, a Arte do Possível
	13	Memória do IDN
2013	12	Estratégia da Informação e Segurança no Ciberespaço
	11	Gender Violence in Armed Conflicts
	10	As Revoltas Árabes e a Democracia no Mundo
	9	Uma Estratégia Global para Portugal numa Europa em Crise
2012	8	Contributo para uma "Estratégia Abrangente" de Gestão de Crises
	7	Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China, 1998-2010: Uma desconstrução do Discurso e das Perceções de (in)Segurança
2011	6	A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
	5	O Futuro da Comunidade de Segurança Transatlântica
	4	Segurança Nacional e Estratégias Energéticas de Portugal e de Espanha
	3	As Relações Energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades
2010	2	Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal
	1	Acerca de "Terrorismo" e de "Terrorismos"

II SÉRIE

- | | | |
|-------|---|--|
| 2009 | 4 | O Poder Aéreo na Transformação da Defesa |
| | | O Programa de Investigação e Tecnologia em Veículos Aéreos Autónomos Não-Tripulados da Academia da Força Aérea |
| | 3 | Conhecer o Islão |
| <hr/> | | |
| 2008 | 2 | Cibersegurança |
| | | Segurança e Insegurança das Infra-Estruturas de Informação e Comunicação Organizacionais |
| | 1 | Conflito e Transformação da Defesa |
| | | A OTAN no Afeganistão e os Desafios de uma Organização Internacional na Contra-subversão |
| | | O Conflito na Geórgia |
-

I SÉRIE

- | | | |
|-------|---|--|
| 2007 | 5 | Conselho de Segurança das Nações Unidas Modelos de Reforma Institucional |
| | 4 | A Estratégia face aos Estudos para a Paz e aos Estudos de Segurança. Um Ensaio desde a Escola Estratégica Portuguesa |
| <hr/> | | |
| 2006 | 3 | Fronteiras Prescritivas da Aliança Atlântica Entre o Normativo e o Funcional |
| | 2 | Os Casos do Kosovo e do Iraque na Política Externa de Tony Blair |
| | 1 | O Crime Organizado Transnacional na Europa: Origens, Práticas e Consequências |
-

idn cadernos

VII SEMINÁRIO DE DEFESA NACIONAL
3 DE DEZEMBRO DE 2025



idn Instituto
da Defesa Nacional

